



EDUCAÇÃO NA REVISTA VEJA

Deborah Gonzalez¹
Karla Saraiva²

Resumo

O presente trabalho mapeia e analisa os enunciados postos em circulação pela revista Veja na seção Educação, entre 1968 e 1978. A empiria foi analisada conforme os conceitos de governamentalidade autoritária, biopolítica e norma, como pensados por Michel Foucault e Olena Fymiar. As análises demonstram preocupação da revista em veicular a precariedade e ineficiência do sistema escolar brasileiro, o grande número de analfabetos que surgem devido à pobreza e desnutrição, bem como a necessidade de uma educação em conformidade com o projeto de progresso que se manifestou nesse período. A ação biopolítica do Estado deu-se através da educação, orientada para a formação de uma classe de trabalhadores qualificados para atender às demandas desenvolvimentistas. Considerando que a ditadura civil-militar brasileira intensificou mecanismos de controle coercitivos e autoritários, cabe ressaltar que os enunciados analisados trouxeram narrativas acerca de outros métodos pedagógicos considerados modernos, ou seja, sob a rubrica *contra disciplinar*. O analfabetismo figura nas páginas da seção como um dos flagelos da educação brasileira, sendo sua causa a pobreza e a desnutrição. Os professores, por sua vez, são narrados conforme sua importância no processo educativo, como agentes fundamentais para uma boa educação. No entanto, as condições precárias de trabalho e os baixos salários são postos pela revista como dificultadores da ação docente.

Palavras chave: governamentalidade autoritária; analfabetismo; biopolítica.

INTRODUÇÃO

A educação apresenta-se para nós como um mecanismo fundamental de intervenção estatal sobre as populações. Em 1964, o Brasil começa um período autoritário, que consistiu na militarização da sociedade em diversos setores, incluindo a educação. A revista propagou uma série de enunciados que narravam o Estado, a iniciativa privada, professores e estudantes

¹ Aluna do curso de graduação de História – Bolsista PIBIC/CNPq - profadeborahbg@gmail.com

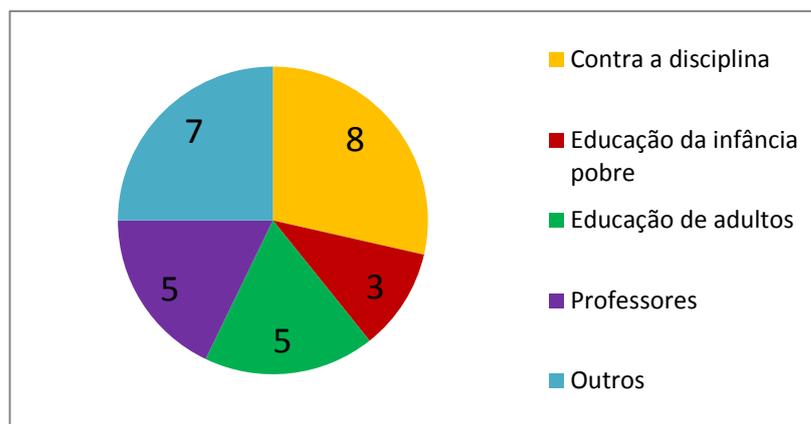
² Professora do PPG Educação - karlasaraiva@via-rs.net

em uma posição de responsabilidade e compromisso com o projeto de Brasil –potência. O nacionalismo era amplamente utilizado fomentar a ideia do progresso social, este só possível através da melhoria dos índices econômicos. Para tanto, a capacitação dos trabalhadores de todas as áreas fora incentivada e narrada como possível através da educação.

METODOLOGIA

A revista foi lançada em setembro de 1968, pela Editora Abril, circulando semanalmente até os dias de hoje. Tendo em vista o volume de dados para o período escolhido, optou-se por um recorte. Para esta pesquisa utilizamos as reportagens da seção Educação das penúltimas edições mensais dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, entre 1968 e 1978. Das 60 seções resultantes desse recorte, foram utilizadas 28 que se referiam direta ou indiretamente à Educação Básica e às transformações que nela vinham ocorrendo. Os enunciados destas reportagens estão distribuídos na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição das reportagens analisadas



Fonte: autoras

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para as análises, tomamos o conceito de governamentalidade de Michel Foucault conforme proposto por Fymira (2009), ou seja, governamentalidade autoritária. A governamentalidade constitui-se do conjunto de mecanismos que juntos consigam controlar, gerenciar, administrar, guiar as realidades econômicas e sociais das populações (FYMIAR, 2009). O governo das populações consiste em conduzir suas condutas, e para isso, serão utilizados dispositivos disciplinares, destinados nas páginas da revista ao governo da infância pobre e dos adultos fora da idade de alfabetização.

Para exercer tal poder sobre as populações, o Estado intervinha biopolíticamente, ou seja, intervinha não diretamente sobre os corpos dos indivíduos, mas em situações pontuais relativas à vida destes. Aqui, encontram-se os discursos sobre a miséria, a má nutrição das crianças pobres e as condições de vida duras em zonas afastadas ou rurais. A biopolítica é a política do Estado (mas não apenas deste) sobre a vida, e atua através da norma. A norma é o operador de poder que

“[...]convida cada indivíduo a reconhecer-se diferente dos outros; encerra-o no seu caso, na sua individualidade, na sua irreduzível particularidade. Precisamente, o normativo afirma tanto mais a igualdade de cada um perante todos quanto enfatiza as diferenças. (FOUCAULT, 2000, p.109)

A normalização aparece nas páginas da revista endereçada às crianças pobres, pois essa detinham os piores índices escolares.

13 milhões de crianças matriculadas no curso primário voltam à escola, há duas semanas, com *motivos tão fortes quanto a alfabetização*: as razões do estômago. Matar a Fome- esta verdade incômoda permanece como *base de todo o problema do analfabetismo no país*. (VEJA, 1971, n° 154, p.39, grifo nosso)

A precariedade das escolas também é narrada como entrave ao desenvolvimento educacional brasileiro

Êles viajaram durante dez dias pela Belém-Brasília [...]. E encontraram o sistema de ensino numa situação inquietante: as instalações das escolas são precárias e insuficientes [...], apenas 70% das crianças vão à escola [...] e na maioria, os professores não são qualificados. (VEJA, 1970, n° 120, p. 64)

Já os trabalhadores analfabetos eram convocados ao estudo mediante a “promessa” de que a instrução garantiria melhoras salariais. Essa discursividade apresenta não apenas a possibilidade de aumento dos rendimentos, mas da inserção na sociedade. Aqui, o veículo enaltece as iniciativas como o projeto Minerva e Mobral, que promoviam a alfabetização de adultos no período.

O Mobral não foi lançado para reduzir apenas a estatística de analfabetos em nosso país”, diz o [...] coordenador do Mobral em São Paulo. "A educação se vincula diretamente ao desenvolvimento global da sociedade moderna. Somos um país que precisa de força produtiva, de mão-de-obra qualificada". (VEJA, 1971, n° 146, p. 42)

As reportagens que falavam dos professores da educação básica mostra a sua responsabilidade na educação, tornando-o um agente biopolítico. O grande número de professores no mercado seria apontado como causa da baixa remuneração, bem como as verbas insuficientes que os Estados e a União repassavam. Os baixos salários e as condições precárias das escolas são apontadas como complicadores da ação docente, sem imputar ao professorado responsabilidade por estes fatores.

Mais de 26.000 candidatos fizeram do concurso para o magistério municipal de São Paulo o maior do Brasil, estabeleceram a assombrosa proporção de dez candidatos por vaga e fortaleceram os argumentos para os baixos salários da profissão. (VEJA, 1969, nº 31, p. 70)

Cabe notar que nesta época, apesar do Brasil estar mergulhado em uma ditadura, havia um clima mundial de transgressão e contradisciplinar: contracultura, movimento hippie, maio de 1968 na França, Tropicália no Brasil. A exaltação de uma educação menos disciplinar e que permitisse uma maior autonomia dos alunos estava inserida neste contexto. Aulas fora da sala de aula, métodos baseados em autoinstrução, fim de punições como ortopedia do corpo e foco nos interesses da criança foram temas relacionados a esta propaganda ruptura da escola tradicional.

A verdadeira sala de aula é o bosque inteiro, suas árvores, a horta que as crianças plantaram e vêem crescer. (VEJA, 1972, nº 189, p.64)

Inspirada no método montessoriano, a escola aplica com rigor a filosofia da auto-educação: desde o maternal a criança começa a aprender sozinha. (VEJA, 1972, nº 215, p.67)

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime autoritário vigente no Brasil a partir de 1964 não deixou de utilizar a educação como meio de docilizar os corpos e moldar os comportamentos através do nacionalismo e dos valores constitutivos de uma nação do futuro. Fez investimentos para a educação de adultos, sobretudo no sentido de reduzir o analfabetismo. Também ampliou o acesso à escola para as classes populares, apesar de precarizar as condições de trabalho do professorado.

Por outro lado, os segmentos da população com recursos para manterem seus filhos em instituições privadas, foi convocado pela Revista Veja a buscar alternativas educacionais capazes de romper com a disciplina, em sintonia com uma racionalidade que se estabelecia mundialmente na contramão das ditaduras latino-americanas.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Júlio. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Ed. Moderna, 1994.
- FAUSTO, Bóris. **História geral do Brasil**. São Paulo: Editora da EDUSP, 2015.
- FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n.2, p. 35-56, mar.-ago. 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002,
- MOTTA, Rodrigo. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2014.
- REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA R. **O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- SARAIVA, Karla. A aliança biopolítica Educação-trabalho. **Pro-Posições**, v. 25, n. 2, p. 139-156, maio/ago. 2014.
- SAVIANI, Demerval. A escola pública brasileira ao longo do século XX. **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**. Curitiba: PUCPR, 2004.
- VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, São Paulo, n. 6, p.68-96, 1992.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, 1968-. Semanal. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso 23 maio 2017.
- TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia de governar. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 35-56, mar.-ago. 2009.